SciELO Books

centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina

Fernando Henrique Cardoso
Enzo Faletto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. *Economia e movimentos sociais na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 4-20. ISBN 978-85-99662-59-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Primeira parte
Teoria e conceitos

REPENSANDO DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA[1]

Fernando Henrique Cardoso
Enzo Faletto

Dependência e Desenvolvimento na América Latina foi escrito em Santiago, Chile, entre 1965 e princípios de 1967. Naquela época, trabalhávamos no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, uma organização das Nações Unidas oriunda da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nosso propósito era especificamente mostrar *como* os desenvolvimentos sociais, políticos e econômicos se relacionam na América Latina.

Vários estudos sobre dependência, feitos por "latino-americanos, influenciaram a comunidade acadêmica e mesmo auditórios mais amplos. Há numerosas discussões nos Estados Unidos sobre as contribuições e os pontos fracos do que veio a ser chamado "teoria da dependência". Também na Europa, esses estudos foram submetidos à discussão, talvez com menos entusiasmo. Economistas africanos, influenciados por análises marxistas, e até certo ponto pelo pensamento latino-americano sobre a dependência, também propuseram modelos para a interpretação do desenvolvimento africano e asiático. Ao rever a vasta bibliografia sobre o tema, dez anos depois da versão esboçada no nosso livro, parece oportuno esclarecer como consideramos a dependência um problema teórico e prático. Neste ensaio, damos ênfase especial à metodologia usada no livro.

Fora da América Latina, a comunidade acadêmica nos Estados Unidos elaborou modelos científicos explicativos das diferentes dimensões socioculturais da sociedade. Encontram-se exemplos nos paradigmas estrutural-funcionalistas propostos por Merton ou Parsons, nas teorias do comportamento político (como a análise sistêmica de Easton e os esforços

[1] Prefácio à edição americana de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada pela University of California Press em 1978, nove anos depois da primeira edição da obra em espanhol. Este artigo foi traduzido por Denise Botman.

de Laswell em caracterizar as dimensões do poder e da influência), e mesmo em várias teorias da modernização e do desenvolvimento político. A influência desses modelos começou a crescer nos anos 50, e obteve "respeitabilidade científica" nos anos 60. Esses paradigmas inspiraram várias teorias sobre os processos de desenvolvimento latino-americano.

Ao mesmo tempo, economistas da CEPAL[2] propunham uma visão crítica do desenvolvimento. Criticavam os economistas conservadores que acreditavam que a atual divisão de trabalho no mercado mundial era inevitável, devido às "vantagens comparativas" em que ela se baseava: alguns países seriam mais bem-dotados para produzir matérias-primas, enquanto que outros teriam vantagens em produzir bens industriais. Apesar de sua natureza crítica, as teorias e críticas econômicas da CEPAL não se baseavam numa análise do processo social, não chamavam a atenção para as relações imperialistas entre os países e não levavam em conta as relações assimétricas entre classes.

Por conseguinte, uma contracrítica que se referia à estreiteza da abordagem da CEPAL também se difundiu pela América Latina. Ela surgiu, às vezes implicitamente, no interior da própria CEPAL, em estudos que tratavam da concentração de lucros derivados do progresso tecnológico, bem como em ensaios sobre as condições sociais de desenvolvimento, de Medina Echeverría. Está implícita também no trabalho de intelectuais nas universidades e nos movimentos políticos (em São Paulo, México, Buenos Aires, Caracas), que enfatizavam as desigualdades na riqueza e nas oportunidades, inerentes a um desenvolvimento derivado da expansão capitalista e do fortalecimento do imperialismo.

Nosso ensaio pertence à herança latino-americana mais radicalmente crítica. Tentamos restabelecer a tradição intelectual baseada numa ciência social compreensiva. Buscamos uma compreensão global e dinâmica das estruturas sociais, ao invés de olhar apenas para dimensões específicas do processo social. Opomo-nos à tradição acadêmica que concebia a dominação e as relações socioculturais como "dimensões", analiticamente independentes entre si, e em conjunto independentes da economia, como se

[2] A Comissão Econômica para a América Latina, ou CEPAL, como é conhecida nos países latino-americanos, é uma organização das Nações Unidas. A equipe econômica da CEPAL propôs um paradigma para as análises de desenvolvimento que se tornou a teoria mais influente nas ciências sociais latino-americanas desde o começo dos anos 50.

cada uma delas correspondesse a esferas separadas da realidade. Neste sentido, acentuamos a natureza sociopolítica das relações econômicas de produção, seguindo portanto a tradição do século XIX de tratar a economia como economia política. Essa abordagem metodológica, que encontrou sua mais alta expressão em Marx, reconhece que a hierarquia existente na sociedade é o resultado de formas estabelecidas de organização da produção da vida material e espiritual. Essa hierarquia serve também para assegurar a apropriação desigual da natureza e dos produtos do trabalho humano, por classes e grupos sociais. Assim, tentamos analisar a dominação em sua conexão com a expansão econômica.

Há uma diferença de natureza metodológica entre a abordagem por nós adotada em *Dependência e Desenvolvimento* e as outras acima mencionadas. Usamos uma abordagem dialética para estudar a sociedade, suas estruturas e processos de transformação. Será útil para o leitor se explicarmos detalhadamente alguns elementos básicos dessa abordagem metodológica.

Dialética e análise de estruturas e processos

Uma asserção básica é a de que a análise da vida social só é profícua se parte do pressuposto de que existem estruturas globais relativamente estáveis. Essas estruturas, porém, podem ser concebidas e analisadas de várias maneiras.

É necessário para nós reconhecer desde o começo que as estruturas sociais são o produto do comportamento coletivo dos homens. Portanto, apesar de duradouras, as estruturas sociais podem ser, e de fato são, continuamente transformadas por movimentos sociais. Logo, nossa abordagem é tanto estrutural como histórica: ela enfatiza não só o condicionamento estrutural da vida social, mas também a transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e lutas de classe. Nossa metodologia é, pois, histórico-estrutural.

Este ponto merece maior atenção. A ênfase no aspecto estrutural pode dar a impressão de que as situações de dependência são estáveis e permanentes. Essa impressão, provocada por análises falhas, também pode sugerir que as situações de dependência estão contínua e necessariamente gerando maior subdesenvolvimento e dependência.

É evidente que nossa abordagem assume e demonstra que, no tipo de sociedade para a qual este modo de análise é útil, as estruturas não estão baseadas em relações de igualdade, tampouco em padrões de colaboração da organização social. Pelo contrário, estão fundadas em assimetrias sociais e em tipos de exploração da organização social. Além disso, assume-se que uma compreensão das fortes desigualdades que caracterizam essas estruturas sociais, assim como uma explicação dos processos de exploração através dos quais se mantêm tais estruturas, requerem a análise do sistema de produção e das instituições de apropriação, ou seja, a base socioeconômica da sociedade. Finalmente, na abordagem por nós proposta atribuiu-se um papel central à análise dos mecanismos e processos de dominação, através dos quais se mantêm as estruturas existentes.

Mas o uso dessa abordagem para destacar apenas os mecanismos estruturais de autoperpetuação implica negligenciar os resultados contraditórios do próprio processo de desenvolvimento, como as possibilidades de negação da ordem existente, também inerentes aos processos sociais. E útil, então, lembrar que as formas de dependência podem mudar, e identificar as possibilidades estruturais de mudança, apontando com precisão as alternativas à dependência existentes num dado momento histórico.

Em outras palavras, nossa abordagem deveria trazer ao primeiro plano ambos os aspectos das estruturas sociais: os mecanismos de autoperpetuação e as possibilidades de mudança. As estruturas sociais impõem limites aos processos sociais e reiteram formas estabelecidas de comportamento. Contudo, geram também contradições e tensões sociais, abrindo possibilidades para movimentos sociais e ideologias de transformação. As análises não só devem explicitar as restrições estruturais que reforçam os aspectos reiterativos da reprodução da sociedade, mas também delinear as oportunidades de mudança, enraizadas no próprio interesse social e nas ideologias criadas pelo desenvolvimento de uma determinada estrutura. Neste processo, os grupos e classes sociais subordinadas, assim como os países dominados, tentam contra-atacar os interesses dominantes que sustentam as estruturas de dominação.

Não é irrelevante para tais esforços prestar atenção às ideologias e à capacidade intelectual de avaliação das possibilidades de mudança. Em momentos históricos decisivos, a capacidade política (que inclui

organização, vontade e ideologias) é necessária para reforçar ou transformar uma situação estrutural. A avaliação intelectual de uma situação dada e as ideias acerca do que deve ser feito são cruciais em política. Esta está imersa na obscura área entre interesses sociais e criatividade humana. Neste nível, os riscos, mais que as certezas, traçam os caminhos por onde as forças sociais tentam manter ou transformar as estruturas. Na história, em suma, apesar da "determinação" estrutural, há espaço para alternativas. Sua realização dependerá não só das contradições básicas entre os interesses, mas também do reconhecimento de novos caminhos para atravessar um ponto crítico histórico, com "uma paixão pelo possível".[3]

Seria útil um comentário final acerca das implicações gerais da metodologia usada em nosso livro, no que concerne aos problemas de mensuração. A questão não é medir ou não medir. A questão é antes o que e como medir, e concerne também ao estatuto metodológico da mensuração. Caracterizar a dependência é como caracterizar o "capitalismo", a "escravidão" ou o "colonialismo". Não teria sentido comparar a escravidão no sul dos Estados Unidos com a escravidão nas Antilhas ou no Brasil, a fim apenas de avaliar os "graus de escravidão", entre o mínimo e o máximo. Teria mais sentido comparar a economia escravista com os setores assalariados, ou a escravidão no sistema de *plantation* com a escravidão em moldes domésticos, ou ainda investigar os limites impostos pela escravidão à expansão capitalista nos Estados Unidos, no Brasil ou nas Antilhas.

Do mesmo modo, pouco sentido teria medir "graus de dependência", estabelecendo comparações formais entre situações dependentes. Alguns esforços nessa direção resultaram no isolamento das "dimensões políticas" presentes em situações de dependência, frente aos seus "aspectos econômicos". A própria característica fundamental dos estudos sobre dependência — a ênfase na análise global — desaparece com tal procedimento. Por outro lado, nos estudos realizados muitas vezes se considera cada uma das dimensões da dependência de forma estática, a fim de ajustar as realidades aos requisitos metodológicos da "lógica da investigação científica". Por exemplo: quando capitais estrangeiros começam a promover um desenvolvimento industrial em economias dependentes, ocorre uma certa intensificação dos mercados internos e

[3] Expressão que Albert Hirschman toma emprestado de Kierkegaard. Ver Hirschman, Albert, *A Bias for Rope* (New Haven, Yale University Press, 1971), p. 27.

algumas formas de redistribuição de renda beneficiam os níveis superiores dos setores médios. Em formas prévias de dependência — sem industrialização local baseada em empresas multinacionais —, não existia tal "processo redistributivo". Apesar dessas diferenças e apesar da complexidade das situações emergentes de dependência, alguns estudos onde se experimentavam as "teorias da dependência" reconheciam que *todas* as formas de dependência tinham características comuns. O fundamento lógico por trás de tal metodologia se baseia no possível efeito comum de uma forma geral (portanto, para nós, "abstrata") de dependência que permeia *todos* os tipos de situações. Numa abordagem dialética, uma asserção tão vaga é inaceitável. Os passos metodológicos básicos em uma análise dialética requerem um esforço para especificar cada nova situação, na busca das diferenças e da diversidade, e para relacioná-las às antigas formas de dependência, até mesmo acentuando, quando necessário, seus aspectos e efeitos contraditórios.

Assim, antes da mensuração, é preciso uma elaboração prévia de teorias e categorias adequadas, para dar sentido aos dados. Certamente, deve-se levar em conta a evidência que confirma ou falseia uma análise particular orientada por uma abordagem em termos de dependência, se tiver sido estabelecida em bases teóricas adequadas. Mas os dados devem ser interpretados no contexto histórico-estrutural.

Por fim, o estatuto metodológico da mensuração numa abordagem dialética não desempenha o papel de um instrumento fundamental na lógica da demonstração, como se tratássemos com hipóteses a serem aceites ou rejeitadas apenas depois de estatisticamente testadas. Evidentemente, as informações e demonstrações estatísticas são úteis e necessárias para tornar a análise dialética menos abstrata (portanto, menos geral) e mais concreta (portanto, relacionando entre si conjuntos específicos de relações). Mas as questões cruciais a serem demonstradas são de outra natureza. Antes de tudo, é necessário propor conceitos capazes de explicar tendências de transformação. Isso supõe o reconhecimento de forças opostas a moverem a história. Em segundo lugar, é preciso relacionar essas forças de uma forma global, caracterizando as fontes básicas de sua existência, continuidade e mudança, determinando as formas de dominação e as forças opostas a elas. Assim, sem o conceito de capital, como o resultado da exploração de uma classe pela outra, não é possível explicar o movimento da sociedade

capitalista. Sem assumir (e analisar) as formas de dependência, quando os estudos se referem a países periféricos, não é possível tornar as análises mais concretas. E com a elaboração de conceitos-chave desse tipo que as análises dialéticas explicam o movimento histórico em sua "totalidade". Isso significa que a história se torna inteligível quando as interpretações propõem categorias suficientemente sólidas para esclarecer as relações fundamentais que sustentam e as que se opõem a uma determinada situação estrutural em sua globalidade.

A precisão de uma interpretação histórico-estrutural deve ser testada pelo confronto entre o seu esboço das condições estruturais e tendências de transformação, e o processo sociopolítico efetivo. As realidades estão em jogo tanto na construção da interpretação como na sua validação prática: os dados não são incorporados à análise como se fossem estaticamente existentes; o importante é como eles mudam ao se desenvolver o processo social. Os dados significativos são aqueles que iluminam tendências de transformação e processos imprevistos emergentes na história. Sua "verificação" depende da capacidade dos movimentos sociais em implementar o que se percebe como possibilidade estrutural. Por outro lado, esse processo depende de lutas políticas e sociais reais. Assim, a "demonstração" de uma interpretação segue de muito perto o processo histórico real, e depende até certo ponto de sua própria habilidade em mostrar aos atores sociopolíticos as possíveis soluções para situações contraditórias.

Dependência estrutural

Para nossa análise histórico-estrutural, a questão metodológica central era delinear os momentos de mudança estrutural significativa em países caracterizados por diferentes situações dependentes na América Latina, de preferência a criticar em bases teóricas a abordagem estrutural do desenvolvimento socioeconômico proposta pela CEPAL, os modelos estrutural-funcionalistas dominantes em análises sociológicas, ou a censurar o marxismo vulgar ou a teoria da modernização política.

Nas concepções mecanicistas da história, as economias latino-americanas são vistas como sempre determinadas pelo "sistema capitalista", à medida que se desenvolveu em escala global. Afirma-se que os períodos fundamentais de mudança a nível internacional marcaram os momentos

significativos de transformação das economias latino-americanas. Nessas interpretações, as características gerais do capitalismo substituem as análises concretas das características específicas das sociedades dependentes. O "mercantilismo", a "livre empresa e a livre concorrência", o "capitalismo monopolista" são geralmente moldes a partir dos quais se traçam os pontos de referência históricos dos países periféricos. Obviamente, as sociedades latino-americanas foram construídas como resultado da expansão do capitalismo europeu e americano. Embora menos óbvio, há também características do capitalismo comuns aos países desenvolvidos e aos dependentes. Contudo, excluindo do modelo explicativo as lutas sociais e as relações particulares (econômicas, sociais e políticas) que dão impulso às sociedades dominadas específicas, esses tipos de interpretação simplificam excessivamente a história e conduzem a erros: não oferecem caracterizações precisas das estruturas sociais, nem apreendem o aspecto dinâmico da história realizado pelas lutas sociais nas sociedades dependentes.

Se a interpretação apenas reconhece que o mercantilismo foi um elemento importante na expansão do capitalismo comercial e disso deduz que a América Latina era *capitalista*, o conteúdo do que aconteceu historicamente desaparece na vagueza dessa asserção abstrata. A tarefa importante é explicar *como* a direção econômica capitalista levou à criação de economias "capitalistas" escravas em diversos lugares da América Latina, à exploração de populações indígenas em outros lugares, e a uma economia baseada em assalariamento em alguns lugares, como em regiões do sul do continente. Em cada uma dessas situações, por trás das economias locais estava o capitalismo em sua forma mercantilista. Não eram sociedades "feudais". Mas não basta explicar as diferenças concretas entre, por exemplo, as *plantations* escravistas brasileiras e a economia argentina no século XIX. Ambas eram economias "capitalistas", mas organizadas em torno de diferentes relações de produção: num caso, a escravidão; no outro, relações que se desenvolveram em formas de produção quase capitalistas.

Em *Dependência e Desenvolvimento*, não pretendemos derivar mecanicamente as fases significativas das sociedades dependentes apenas a partir da "lógica da acumulação capitalista". Não vemos a dependência e o imperialismo como os lados externo e interno de uma mesma moeda, com os aspectos internos reduzidos à condição de "epifenômenos". Concebido

dessa forma, o imperialismo se transforma em um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível mas passiva, dos países dependentes. Não se consideram as formas das sociedades locais, as reações contra o imperialismo, a dinâmica política das sociedades locais e as tentativas alternativas. Esse tipo de análise, embora utilize um vocabulário marxista, é metodologicamente simétrico às interpretações baseadas na "lógica do industrialismo", nos "estágios de modernização" ou mesmo nas fases de "desenvolvimento político", que antevê a transformação como produto de fatores mecânicos.

Concebemos a relação entre forças externas e internas como um todo complexo, cujos elos estruturais não se baseiam em simples formas externas de exploração e coerção, mas estão enraizados em coincidências de interesses das classes dominantes locais e internacionais, e por outro lado são desafiadas por grupos e classes locais dominadas. Em algumas circunstâncias, as redes de interesses coincidentes ou reconciliados podem se expandir a ponto de incluir segmentos da classe média, e até mesmo setores alienados das classes trabalhadoras. Em outras circunstâncias, segmentos das classes dominantes podem buscar uma aliança com as classes médias, trabalhadores e mesmo camponeses, visando sua autoproteção frente à penetração estrangeira contrária a seus interesses. A dominação externa em situação de dependência nacional (oposta a situações puramente coloniais, onde a opressão por agentes externos é mais direta) implica a possibilidade da "interiorização dos interesses externos".

Evidentemente, a penetração imperialista é resultado de forças sociais externas (empresas multinacionais, tecnologia estrangeira, sistemas financeiros internacionais, embaixadas, Estados e exércitos estrangeiros, etc.). O que afirmamos simplesmente significa que o sistema de dominação reaparece como uma força "interna", através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam reforçar interesses estrangeiros, não propriamente porque são estrangeiros, mas porque podem coincidir com os valores e interesses que pretensamente pertencem àqueles grupos.

Nossas análises de situações concretas nos exigem descobrir as formas de exploração social e econômica, a que grau fizeram avançar a industrialização e a acumulação de capital na periferia, como as economias locais se relacionam com o mercado internacional, e assim por diante. E isso como o resultado, não apenas de uma abstrata "lógica de acumulação

do capital", mas também de relações e lutas particulares entre classes e grupos sociais a nível local e internacional. É verdade que esse processo sociopolítico local, assim como a organização econômica local, na medida em que tratamos de sociedades dependentes, supõem e reproduzem as características gerais do capitalismo tal como existe em escala global. Assim, a concentração de capital pelas companhias multinacionais e o monopólio do progresso tecnológico em mãos de empresas situadas no centro do sistema internacional são pontos de referência obrigatórios para nossa análise.

A própria existência de uma "periferia" econômica não pode ser entendida sem referência à direção econômica das economias capitalistas avançadas, que foram responsáveis pela formação de uma periferia capitalista e pela integração de economias não capitalistas tradicionais ao mercado mundial. Mas os processos de expansão do capitalismo na Bolívia e na Venezuela, no México ou no Peru, no Brasil e na Argentina, apesar de terem sido submetidos à mesma dinâmica global do capitalismo internacional, não tiveram a mesma história nem as mesmas consequências. As diferenças radicam-se não só na diversidade de recursos naturais, nem apenas nos diferentes períodos em que essas economias foram incorporadas ao sistema internacional (embora tais fatores tenham desempenhado um certo papel). Sua explicação deve ser buscada também nos diferentes momentos em que setores de classes locais, aliados ou em conflito com interesses estrangeiros, organizaram diferentes formas de Estado, sustentaram ideologias diversas, tentaram implementar várias políticas ou definiram estratégias alternativas para enfrentar os desafios imperialistas em diversos momentos da história.

As interpretações em *Dependência e Desenvolvimento* esforçam-se em caracterizar, de maneira geral, a história dessa diversidade. É claro que há fatores comuns no capitalismo que afetam todas as economias em questão, e são eles que constituem o ponto de partida da análise. Mas é a diversidade na unidade que explica o processo histórico. Se o esforço analítico é bem sucedido, os chavões e reafirmações gerais sobre o papel dos modos de produção capitalistas já podem se converter num conhecimento vivo dos processos reais. É necessário elaborar conceitos e explicações capazes de mostrar como as tendências gerais da expansão capitalista tornam-se relações concretas entre homens, classes e Estado na

periferia. É este o movimento metodológico que constitui a chamada passagem de um estilo "abstrato" de análise para uma forma "concreta" de conhecimento histórico. Nesse sentido, a história da acumulação capitalista é a história das lutas de classe, dos movimentos políticos, da afirmação das ideologias e do estabelecimento de formas de dominação e reação contra elas.

Assim, a análise da dependência estrutural visa a explicar as inter-relações de classes e Estados-nação a nível do cenário internacional, assim como a nível interno de cada país. A análise dialética desse processo complexo inclui a formulação de conceitos vinculada ao esforço de explicar como os processos internos e externos de dominação política se relacionam entre si. Não se pode pensar que as considerações sobre os fatores externos ou a dominação estrangeira são suficientes para explicar a dinâmica das sociedades. A questão real está nas inter-relações entre ambos os níveis. A ênfase deve ser dada não só às compatibilidades, mas também às contradições entre esses dois níveis.

Situações básicas de dependência

Descrevemos duas situações de dependência predominantes antes do atual sistema do capitalismo internacional, baseado no dinamismo das corporações internacionais: dependência com o sistema produtivo (sob controle nacional) e dependência em situações de enclave. A questão relevante na comparação entre ambas as situações não se restringe a indagar se o poder é exercido pelos empresários locais, ou pelo "enclave" de companhias estrangeiras, nem tampouco quais são as formas de acumulação e circuitos de realização do capital. A questão real é saber qual a *relação* entre essas duas dimensões, e qual sua interação com a acumulação de capital em escala mundial.

Nas economias de enclave, o capital estrangeiro investido *origina-se no exterior*, é incorporado aos processos produtivos locais e transforma algumas parcelas suas em salários e taxas. Seu valor aumenta com a exploração das forças de trabalho locais, que transformam a natureza e produzem bens que *realizam* novamente a vida desse capital, quando as

matérias-primas (óleo, cobre, bananas etc.) são vendidas no *mercado externo*.[4]

Em economias controladas pela burguesia local, o circuito do capital é formalmente oposto. A acumulação é o resultado da apropriação dos recursos naturais pelos empresários locais e da exploração da força de trabalho por esse mesmo grupo local. O ponto de partida para a acumulação de capital é portanto *interno*. O processo de valorização do capital também se efetua no processo produtivo local, mas na medida em que a mercadoria consiste em matérias-primas e produtos alimentícios, o *mercado internacional* é necessário para se realizarem as fases finais do circuito do capital.

O caso das atuais economias dependentes em vias de industrialização[5] controladas por corporações multinacionais dá a impressão de um retorno ao tipo de economia de enclave. Contudo, embora a acumulação inicial usualmente resulte de investimento externo (embora não necessariamente, pois as corporações multinacionais muitas vezes usam fundos locais para o investimento), há uma importante diferença em relação às economias de enclave: uma parte substancial do produto industrial é vendida no *mercado interno*. Uma indústria de automóveis de propriedade estrangeira, situada na Cidade do México ou em São Paulo, vende a maior parte de sua produção em mercados locais. Até agora, as exportações para as economias centrais vêm desempenhando um papel mínimo nas estratégias econômicas das corporações industriais multinacionais estabelecidas na periferia — raramente ultrapassando 3% da produção total.

Assim, as *formas* adotadas pela dependência podem variar consideravelmente. Tal variação na forma se expressa no contexto sociopolítico, através das dimensões e do tipo de classe trabalhadora e de burguesia, das dimensões e tipo de "classe média", do peso das burocracias, do papel das Forças Armadas, das formas de Estado, das ideologias

[4] No caso das economias de enclave, é preciso distinguir entre situações em que empresas estrangeiras assumem o controle de empresas criadas e ampliadas pelos empresários locais (*e.* g., a mineração de cobre no Chile), e situações oriundas de investimentos estrangeiros. Essas duas formas geram consequências diferentes, no que concerne à formação, papel e influência política das classes sociais.

[5] Este último processo, sendo recente, não poderia ter sido analisado por estudos clássicos sobre o capitalismo. Foi previsto por alguns autores no caso da Rússia tzarista. Mas o desenvolvimento russo se deu num contexto econômico completamente diferente.

subjacentes aos movimentos sociais, e assim por diante. Dependência e Desenvolvimento tenta analisar esses movimentos, e os métodos dialéticos, como dissemos, demandam um esforço pela concretude frente às formas abstratas da "expansão do capital". Logo, precisamos analisar a diversidade de classes, frações de classe, grupos, organizações e movimentos políticos e ideológicos que compõem, de modo vivo e dinâmico, a história da expansão capitalista na América Latina. De fato, é através das estruturas sociopolíticas sustentadas e movidas pelas classes e grupos sociais com interesses opostos que o capital se realiza na história, como "forma" econômica com sua "lógica de expansão". A análise histórico-estrutural ilumina as tendências básicas de realização da expansão do capital e os limites com que ela se defronta enquanto processo sociopolítico. Nesse sentido, a compreensão do desenvolvimento capitalista requer análises sobre as classes sociais e o contexto político que impedem ou favorecem a realização de diferentes formas e fases da acumulação de capital.

Teoria da dependência e desenvolvimento capitalista

Do ponto de vista econômico, um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar seu componente dinâmico essencial no interior do sistema. Nas economias capitalistas, o componente central para o movimento de expansão é a capacidade de ampliar a escala de capital. Isso não se realiza sem a criação de novas tecnologias e expansão contínua da produção de "bens de capital", isto é, maquinaria e equipamento, que permitem o crescimento da expansão empresarial e acumulação de capital. Além disso, a expansão de uma economia capitalista requer apoio financeiro através de um sólido sistema bancário. E claro que nem todas as economias capitalistas apresentam tal capacidade. Algumas delas têm de buscar a complementaridade necessária em escala mundial, a fim de continuar sua marcha de crescimento econômico.

Quase todos os sistemas econômicos nacionais contemporâneos estão articulados ao sistema internacional. Há analistas superficiais ou apologetas que, a fim de minimizar os aspectos de exploração da economia internacional, simplesmente afirmam que as economias "modernas" são "interdependentes". Ao sustentar tal banalidade, geralmente esquecem que a questão relevante são as formas assumidas pela "interdependência". Enquanto algumas economias nacionais precisam de matéria-prima produzida

por trabalho não especializado, ou de bens industriais produzidos por trabalho barato, outras precisam importar equipamentos e bens de capital em geral. Enquanto algumas economias se tornam devedoras dos centros mundiais de capital financeiro, outras são credoras. Os banqueiros certamente precisam de clientes, tanto quantos os clientes precisam de banqueiros. Mas a "inter-relação" entre ambos é qualitativamente diversa, devido à posição ocupada por cada parceiro na estrutura da relação. O mesmo vale para a análise das economias "interdependentes" nos mercados mundiais.

O capitalismo é um sistema mundial. Mas algumas partes detêm uma maior parcela de liderança e uma posse quase que exclusiva dos setores cruciais para a produção e acumulação de capital, tais como os setores tecnológicos ou financeiros. Requerem a complementaridade das economias dependentes, mas têm à sua disposição os principais elementos para a expansão do capital em escala cumulativa e ampliada.

As economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos. Assim, para prosseguir com a expansão econômica, um país dependente tem de entrar no jogo da "interdependência", mas numa posição semelhante à do cliente que procura um banqueiro. Certamente, em geral os clientes desenvolvem estratégias de independência e podem tentar usar produtivamente o dinheiro emprestado. Mas na medida em que existem limites estruturais, o êxito de tais tentativas não é um resultado automático do jogo. Na maioria das vezes, reforçam-se as regras de dominação, e mesmo quando o país dependente se torna menos pobre após o primeiro empréstimo, segue-se ainda um segundo empréstimo. Na maioria dos casos, quando tal economia floresce, suas raízes foram plantadas pelos que detêm as notas promissórias.

A caracterização de formas contemporâneas de desenvolvimento dependente poderia ser a contribuição mais significativa dos "dependentistas" para a teoria das sociedades capitalistas. Se há alguma novidade no nosso livro, ela consiste, ao lado da caracterização de formas passadas de dependência, na tentativa de delinear o que foi chamado de "nova dependênda". Com essa análise, prognosticou-se como uma tendência geral (o capitalismo industrial) cria situações concretas de

dependência com características diferentes das das sociedades capitalistas avançadas. Assim, a industrialização periférica baseia-se em produtos que, no centro, destinam-se ao *consumo de massas*, enquanto que nas sociedades dependentes são típicos do *consumo de luxo*. A industrialização nas economias dependentes eleva a concentração de renda, ao intensificar diferenças agudas na produtividade, sem generalizar essa tendência para o conjunto da economia: enquanto a produção de carros, televisões, geladeiras e bens semelhantes baseia-se em tecnologia moderna, parcelas significativas de produtos alimentares, têxteis e outros bens que constituem o consumo básico de massas ainda provêm de tecnologias e relações de produção mais tradicionais. Os salários de técnicos, gerentes e trabalhadores especializados, embora não diretamente determinados pela produtividade, são incomparavelmente mais altos do que os pagos aos camponeses ou trabalhadores empregados em setores tradicionais. Assim, a industrialização na periferia aumenta a disparidade de renda entre os assalariados, acentuando o que foi denominado na América Latina de "heterogeneidade estrutural".

Tais considerações frisam que as economias capitalistas dependentes não são semelhantes às economias capitalistas centrais. Apesar disso, não endossamos as tentativas feitas no sentido de uma "teoria do capitalismo dependente". Certamente as análises de situações de dependência implicam teorias e requerem o uso de metodologias. Mas — até por definição — parece sem sentido buscar "leis de movimento" específicas para situações que são *dependentes*, isto é, cujas principais características são determinadas pelas fases e tendência de expansão do capitalismo em escala mundial. Houve tentativas de ampliar e dar maior especificidade às leis já estabeleci das, que estão sendo atualizadas por autores interessados nas análises de uma teoria econômica geral do capitalismo. Nossa contribuição, se ela existe, vai nessa direção, sem qualquer pretensão de propor novas teorias derivadas das teorias clássicas. Para evitar mal-entendidos, referimo-nos a "situações de dependência", à "categoria" ou à "teoria" da dependência.

Existe um processo real de desenvolvimento dependente em alguns países latino-americanos. Neste contexto, por desenvolvimento entendemos "desenvolvimento capitalista". Essa forma de desenvolvimento, tanto na periferia como no centro, ao se ampliar ciclicamente, produz riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e

desemprego para outros. Assim, com a noção de "desenvolvimento" não entendemos a realização de uma sociedade mais igualitária ou mais justa. Não são consequências que advenham do desenvolvimento capitalista, especialmente nas economias periféricas.

Ao apontar a existência de um processo de expansão capitalista na periferia, fazemos uma dupla crítica. Criticamos os que esperam uma estagnação permanente nos países dependentes subdesenvolvidos, derivada de um constante declínio na taxa de lucro ou da "estreiteza dos mercados internos", que supostamente funcionam como obstáculo intransponível para o avanço capitalista. Mas criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. Mesmo em economias desenvolvidas, esses problemas continuam sem solução, como provam os porto-riquenhos, os negros e os brancos pobres na América do Norte. Seria irrealista (se não apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto, significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão social do trabalho. É realista esperar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitam tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do "capitalismo autônomo", mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo.

Limitamos nossa análise às formas de dependência nas sociedades capitalistas e, além do mais, a situações onde havia um Estado-nação constituído. Embora existam formas de relações dependentes entre países socialistas, o contexto estrutural que permite sua compreensão é completamente diferente do contexto dos países capitalistas, e exige análises específicas. O mesmo vale também para economias como a hindu — e, em menor grau, a japonesa —, que apresentam padrões históricos de

formação que não podem ser explicados pelo desdobramento da expansão da economia capitalista europeia ou americana, ainda que posteriormente tenham se vinculado ao mercado internacional.

Não pretendemos discutir os tipos coloniais de situações contemporâneas de dependência na América Latina, como é o exemplo mais claro de Porto Rico. É preciso um trabalho intelectual considerável para especificar e tomar inteligíveis, no contexto de uma visão mais geral sobre a dependência, as particularidades das situações coloniais ou quase-coloniais. *Dependência e Desenvolvimento* não tem a pretensão de esgotar e nem mesmo tratar de todas as formas de dependência existentes na América Latina.